

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Programa de Integridade	6
5.5 - Alterações significativas	9
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	10

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	11
10.2 - Resultado operacional e financeiro	14
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	15
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	16
10.5 - Políticas contábeis críticas	17
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	21
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	22
10.8 - Plano de Negócios	23
10.9 - Outros fatores com influência relevante	24

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:**

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**
- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**
 - i. os riscos para os quais se busca proteção**
 - ii. os instrumentos utilizados para proteção**
 - iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**
- c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de risco em razão do seu baixo grau de complexidade. Como explicado no item 4.1, a Litela é uma sociedade de participações (holding) cujo principal ativo é a participação que detém na Vale S.A. Assim, os fatores de risco relevantes da Companhia estão relacionados com a capacidade da Vale de distribuição de lucros.

No entanto, os controles internos da Companhia na prática são bem definidos, a título de exemplo, cita-se:

- (i) O processo de pagamento de despesas: todos os pagamentos de despesas, com exceção de tributos, são previamente aprovados pela Diretoria da Companhia. O processo de autorização é instruído com todos os documentos necessários à justificação da despesa que se pretende realizar. Após a aprovação da despesa é feito o lançamento desta no sistema financeiro, e quinzenalmente é feito um cruzamento entre o sistema financeiro, o extrato de conta corrente bancário e o sistema contábil da empresa. Todo o processo de pagamento é digitalizado;
- (ii) Os sistemas financeiro e contábil possuem alçadas e permissões distintas para os diferentes grupos de trabalho (financeiro, fiscal e contábil) e permitem a identificação dos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

colaboradores que realizaram os lançamentos e/ou exclusões, além de possuírem interface automática entre si;

(iii) Os acionistas recebem mensalmente o fluxo de caixa da Companhia, juntamente com o extrato bancário de conta corrente;

(iv) Todos os contratos com prestadores de serviços são aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia;

(v) A Administração da Companhia realiza com frequência projeções de fluxo de caixa e estudos sobre a sua investida, visando antecipar uma eventual falta de liquidez e propor uma solução caso esta ocorra;

(vi) Anualmente a Companhia realiza um teste de *impairment* do seu principal ativo; e,

(vii) A Companhia é auditada por auditores independentes autorizados pela CVM e integrantes da lista de “Big four”. Dentro do escopo da auditoria, está incluída a revisão da Escrituração Contábil-Fiscal (“ECF”).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**
- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**
 - i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção**
 - ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)**
 - iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**
 - iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**
 - v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**
 - vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**
- c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Contudo, acompanha atentamente todos os movimentos da sua investida Vale, a qual está sujeita a risco de mercado, como alteração da taxa de câmbio, inflação e redução da demanda. Como já mencionado no item 4.2, o emissor tem como principal fonte de recursos os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de sua investida Vale. Consequentemente, uma diminuição relevante na capacidade de distribuição de dividendos por parte da Vale poderá afetar sua situação financeira e capacidade de pagamento.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:

Tendo em vista a natureza das atividades exercidas pelo emissor, não são requeridos sistemas de controles internos muito complexos, porém os controles existentes são muito eficientes dentro do escopo necessário. No controle das operações são utilizados sistemas de tesouraria e de contabilidade integrados e de qualidade reconhecida no mercado, com limite de acesso. Desta forma, existem funções específicas para cada grupo de usuários que não podem ser visualizadas ou alteradas por outros grupos, garantindo assim a integridade das operações e seu correspondente registro contábil, cumprindo rigorosamente as normas internas que estabelecem limites de competência para cada nível. As principais operações do emissor consistem em pagamento de fornecedores, recebimento e pagamento de dividendos, bem como aplicação dos excedentes de caixa.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

O emissor possui uma estrutura bem definida e compatível com o nível de suas operações, sendo composta por uma área de controladoria, um departamento fiscal, uma tesouraria e um departamento jurídico, os quais trabalham de forma integrada. Os gestores desses departamentos são responsáveis pelo gerenciamento dos controles internos de suas respectivas unidades e se reportam aos órgãos da Administração do emissor. Os Diretores da Companhia são responsáveis finais pela autorização de pagamentos a prestadores de serviços, assim como pelo acompanhamento e revisão das informações contábeis do emissor. Adicionalmente, as decisões relevantes e as estratégicas, estas independentemente do valor envolvido, são previamente submetidas à aprovação do Conselho de Administração.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Para cada um dos departamentos do emissor foram definidos os fluxos operacionais, estabelecendo a atribuição e o limite de competência de cada membro. Todos os processos são revisados pelos responsáveis por cada unidade e estes se reportam aos diretores financeiro e administrativo do emissor.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Até a presente data o auditor independente não apresentou a carta de controles internos.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável em decorrência do exposto na letra “d”.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:	
a.	se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:
i.	os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas
ii.	as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes
iii.	se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:
	<ul style="list-style-type: none">• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
	<ul style="list-style-type: none">• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema
	<ul style="list-style-type: none">• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia não possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. Contudo a condução dos seus negócios é guiada pelos valores éticos e pelos princípios da legalidade e probidade.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros |
| <ul style="list-style-type: none"> • se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados |
| <ul style="list-style-type: none"> • se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé |
| <ul style="list-style-type: none"> • órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias |

O emissor não possui canal de denúncia.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Em 8 de maio de 2019 foi firmado o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Litel Participações S.A. e Incorporação da Parcela Cindida de seu Patrimônio Líquido pela Litela Participações S.A. (“Protocolo e Justificação”). Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de setembro de 2019 foi aprovada a cisão parcial da Litel Participações S.A. (“Litel”), tendo ocorrido na mesma data a Assembleia Geral Extraordinária da Litela que aprovou a incorporação da parcela cindida da Litel. Com o advento dessa cisão parcial, a Litela deixou de ser controlada pela Litel. Tal operação contou com suporte de pareceres jurídicos e de *experts* contábeis, todos os procedimentos previstos nas leis aplicáveis foram observados para sua aprovação e, além disso, a matéria foi extensamente debatida pelos órgãos de administração das Companhias e seus acionistas, visando a transparência e o melhor interesse das Companhias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

O emissor é uma holding destinada a investir em companhias de capital aberto do setor privado. Adicionalmente, o emissor não possui relacionamento com órgãos da administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Não houve no último exercício social alterações significativas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e co

5.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que devem ser fornecidas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1** Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

Em que pese a Companhia ter apresentado prejuízo de R\$501.548.171,64 no exercício de 2019, correspondente a um prejuízo por ação ordinária de R\$ -6,23, a Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo, bem como dar continuidade as suas atividades.

b. estrutura de capital

Estrutura de Capital	2019	2018	2017
Capital Próprio	97,12%	91,40%	85,74%
Capital de Terceiro	2,88%	8,60%	14,26%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Litela apresentou nos últimos 3 (três) exercícios sociais plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e médio prazo, pois adota uma política financeira conservadora compatível com sua geração de caixa.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em razão da Companhia ser uma holding, portanto, não operacional, não há fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não - circulantes utilizadas.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia estava avaliando a possibilidade de utilizar fontes de financiamento para cobertura de liquidez futura em razão da deliberação de juros sobre capital próprio da sua controlada em conjunto Vale .S.A. sem previsão para pagamento, fato este que gera uma obrigação tributária para a Companhia.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

	2019	2018	2017
Índice de endividamento Geral	2,88%	8,60%	14,26%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Nos 3 últimos exercícios sociais, a Companhia não possuía contratos de empréstimo e financiamento em vigor.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Nos 3 últimos exercícios sociais, a Companhia não possuía relações de longo prazo com instituições financeiras, porém em janeiro de 2020 a Companhia realizou sua primeira emissão de debêntures.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia não possuía dívidas subordinadas previstas em contrato até o último exercício social, porém em janeiro de 2020 a Companhia realizou sua primeira emissão de debêntures com garantia real.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não aplicável pois a Companhia não possuía endividamento até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. No âmbito de emissão de debêntures já mencionadas, a Companhia possui restrições.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, porque não em 31 de dezembro de 2019 não havia financiamento contratado.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As variações percebidas na análise horizontal ocorreram, basicamente, em virtude da incorporação do acervo cindido pela Litel ocorrida na Companhia em 9 de setembro de 2019.

A variação do saldo de tributos a recolher decorre do montante de juros sobre capital próprio deliberado pela Vale em 2019.

Balanco patrimonial	2019	AV (%)	AH (%)	2018
Ativo circulante	1.286.950	4,22	19.913,25	6.430
Caixa e equivalentes de caixa	5.475	0,02	(10,02)	6.085
Tributos a recuperar	192.545	0,63	55.631,14	345
Dividendos e juros sobre o capital próprio	1.088.930	3,57	100,00	-
Ativo não circulante	29.220.000	95,78	705,26	3.628.622
Investimentos	29.220.000	95,78	705,26	3.628.622

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Total do ativo	30.506.950	100,00	739,24	3.635.052
Passivo circulante	877.412	2,88	2.114.702,77	41
Dividendos e juros sobre o capital próprio	482.300	1,58	100,00	-
Tributos a pagar	395.033	1,29	2.550.298,44	15
Outras contas a pagar	79	0,00	203,85	26
Passivo não circulante	-	-	(100,00)	312.730
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	(100,00)	312.730
Patrimônio líquido	29.629.538	97,12	791,84	3.322.281
Capital social	20.763.740	68,06	1.850,65	1.064.450
Ajustes de avaliação patrimonial	9.607.764	31,49	927,66	934.913
Reservas de lucros	-	-	(100,00)	1.322.918
Prejuízos acumulados	(741.966)	(2,43)	100,00	-
Total do passivo e patrimônio líquido	30.506.950	100,00	739,24	3.635.052

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Os diretores devem comentar:
a. resultados das operações do emissor, em especial:
i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita <i>As receitas percebidas pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 advieram, principalmente, de dividendos decorrentes das participações detidas no capital social da Vale S.A., aplicações financeiras e da equivalência patrimonial.</i>
ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais <i>Em 2019 o prejuízo apurado pela controlada em conjunto Vale S.A. afetou o resultado operacional da Companhia.</i>
b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços <i>Nos últimos três exercícios não ocorreram variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.</i>
c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante <i>Segundo os nossos critérios de análise dos impactos relacionados aos aspectos mencionados, tais fatores não afetaram o resultado operacional da Companhia no exercício de 2019.</i>

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:
<p>a. introdução ou alienação de segmento operacional:</p> <p><i>Não aplicável em razão da natureza de holding</i></p>
<p>b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária:</p> <p><i>Em 2019, a Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou qualquer participação societária. Contudo, em razão da incorporação da parcela cindida da Litela, a Companhia recebeu 808.746.864 (oitocentos e oito milhões, setecentas e quarenta e seis mil, oitocentas e sessenta e quatro) ações de emissão da Vale S.A.</i></p>
<p>c. eventos ou operações não usuais:</p> <p><i>Conforme mencionado no item “b” acima, em setembro de 2019, a Litela incorporou a parcela cindida da sua até então controladora Litel Participações S.A. (“Litel”), aumentando em razão da referida incorporação seu capital social de R\$ 1.064.450 para R\$ 20.763.740, bem como aumentou a sua participação na Vale.</i></p> <p><i>Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de novembro de 2019, foi aprovada por unanimidade a redução do capital social em R\$ 12.279.943, sem o cancelamento de ações de emissão da Companhia, mediante a entrega de ações de Vale aos seus acionistas. Tal redução do capital social foi efetivada em janeiro/2020, passando então a participação do emissor em Vale de 17,66% para 10,13%.</i></p>

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Os diretores devem comentar:	
a.	mudanças significativas nas práticas contábeis: <i>Nos últimos 3 exercícios sociais não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis.</i>
b.	efeitos significativos das alterações em práticas contábeis: <i>No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não ocorreram efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.</i>
c.	ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor: <i>Não houve ressalva ou ênfase no parecer dos auditores independentes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2019.</i>

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Base de apresentação - Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

Os ajustes de conversão e de instrumentos financeiros reconhecidos no patrimônio líquido das investidas são registrados de maneira reflexa em outros resultados abrangentes no momento do ajuste da equivalência patrimonial.

Ativos Financeiros***Classificação***

A classificação de ativos financeiros depende da finalidade para a qual tais ativos foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros ao custo amortizado

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e, são classificados segundo os preceitos do pronunciamento IFRS 9/ CPC 48 – Instrumentos Financeiros. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

O emissor avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o emissor usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- (i) *difficuldade financeira relevante do emissor ou devedor;*
- (ii) *uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;*
- (iii) *o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;*
- (iv) *torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;*
- (v) *o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;*
- (vi) *dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:*
 - *mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;*
 - *condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.*

Para ativos não financeiros de longa duração quando há indicação de redução do valor recuperável é identificado o menor grupo de ativos para os quais existem fluxos de caixa separadamente identificável (“unidade geradora de caixa” ou “UGC”) e é realizado teste de impairment para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se identificada a necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado a cada ativo. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

Os saldos de goodwill são testados para impairment pelo menos uma vez por ano. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foi reconhecida nenhuma provisão para fins de impairment nos ativos financeiros da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata e vencimento original em até três meses.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas***Receita financeira***

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um do contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

Capital social

O capital social, está representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

Gestão de riscos

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. Os riscos aos quais a Companhia está exposta decorrem substancialmente, das operações realizadas pela Vale.

A Vale desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com ela (risco de crédito), aqueles inerentes aos processos produtivos (risco operacional) e aqueles oriundos do risco de liquidez.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando ¹ :	
a.	os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
i.	arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
ii.	carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
iii.	contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
iv.	contratos de construção não terminada
v.	contratos de recebimentos futuros de financiamentos
<i>Não há ativos ou passivos detidos pelo emissor que não tenham sido retratados em seu balanço patrimonial</i>	
b.	outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras
<i>Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras</i>	

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:
a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
b. natureza e o propósito da operação
c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação
<i>Item não aplicável.</i>

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:	
a.	investimentos, incluindo:
i.	descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos: <i>Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía investimentos em andamento. A Companhia não possui investimentos previstos para 2020.</i>
ii.	fontes de financiamento dos investimentos: <i>Não aplicável, dado que a Companhia possui investimentos em andamento, bem como não possui investimentos previstos para 2019.</i>
iii.	desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos: <i>Não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.</i>
b.	desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor: <i>Não aplicável, porque não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.</i>
c.	novos produtos e serviços, indicando:
i.	descrição das pesquisas em andamento já divulgadas: <i>Não há pesquisas em andamento.</i>
ii.	montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços: <i>A Companhia não realiza gastos com pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços.</i>
iii.	projetos em desenvolvimento já divulgados: <i>A Companhia não possui projetos em desenvolvimento.</i>
iv.	montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços: <i>A Companhia não possui gastos dessa natureza.</i>

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não aplicável, dado que não houve fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.